



# **POLÍTICAS PÚBLICAS E ATORES LOCAIS NA ESTRUTURAÇÃO DA PRÁTICA ESPORTIVA: UM ESTUDO DE CASO<sup>1</sup>**

Christian Spithourakis Junqueira<sup>2</sup>

André Ferreira<sup>3</sup>

## **RESUMO**

*Em 2010 Volta Redonda foi classificada em 1º lugar no Índice de Desenvolvimento Esportivo do Estado do Rio de Janeiro. Após análise das políticas públicas de esporte e dos principais atores do campo buscando identificar inovações e características locais que expliquem este resultado, os achados da pesquisa indicam como diferenciais do município: a capacidade de obter recursos por meio de editais e emendas parlamentares, a infraestrutura esportiva e o perfil dos atores locais da área de esporte.*

*PALAVRAS CHAVE: Políticas Públicas; Esporte; Poder Público Local.*

## **INTRODUÇÃO**

No Brasil, a valorização e reconhecimento do esporte pelo poder público é relativamente recente. Somente a partir da década de 1980, com a Constituição Federal de 1988 que se começa a reconhecer o esporte como direito social. A CF88 destaca o papel central do Estado no fomento de práticas desportivas nos âmbitos formal e informal, assim como estimula a instituição do Ministério do Esporte, em 2003, que surge com o desafio de centralizar as políticas públicas da área (NUNES; CUNHA, 2014).

Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa foi analisar as políticas públicas para a área esportiva no município de Volta Redonda e os principais atores do campo, buscando identificar suas regularidades, inovações e características locais. A cidade de Volta Redonda foi considerada, em 2010, pela Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro (SUDERJ) como a cidade com o melhor Índice de Desenvolvimento Esportivo (IDE)<sup>4</sup> do estado e a partir de então passou a intitular-se como “Cidade do Esporte”

1 O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

2 Universidade Federal Fluminense (UFF), christian.junqueira@hotmail.com

3 Federal Fluminense (UFF), andre.ferreira10@gmail.com

4 O IDE foi um mapeamento dos municípios do estado do Rio, considerando o georreferenciamento das políticas públicas. A pesquisa incluiu a análise de investimento em equipamentos, instalações, recursos humanos, projetos, ações e eventos, dentre outros (TAVARES, 2011).

## O CAMPO E OS ATORES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE

Para compreender o sentido e funcionamento do campo políticas públicas de esporte. Starepravo, Souza e Marchi Junior (2013) utilizam os conceitos da Teoria dos Campos, de Bourdieu, pautada por três preceitos: campo, *habitus* e capital.

O campo é um espaço social composto por uma lógica de funcionamento própria, que se apresenta em constante transformação pela ação dos agentes que compartilham interesses e *habitus*, o que intermediará suas ações, caracterizando-o como local de disputas. Tal teoria justifica a necessidade de compreender as relações entre as posições ocupadas pelos agentes, capazes de ressignificar, legitimar ou modificar a estrutura desse espaço social (BOURDIEU, 2007).

A posição ativa dos agentes está diretamente ligada ao *habitus* adquirido, legitimado e incorporado por eles, permeado pelo senso de jogo (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JUNIOR, 2013). Como capital entende-se o conjunto de recursos atuais ou potenciais pertencentes aos agentes, que pode assumir diferentes formas: cultural, econômico, social e/ou esportivo (MEZZADRI; SILVA; FIGUERÔA, 2015). As pessoas que constituem o campo devem ser consideradas agentes ativos que influenciam a sua constituição e o seu desenvolvimento.

Nas políticas públicas de esporte observa-se que o campo é marcado por constantes pressões externas de ordem política, econômica, assistencialista e utilitarista e pela perpetuação de alguns agentes e interesses no subcampo, como sua conservação nos cargos de gestão de alguns órgãos esportivos como as Confederações e Federações (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JUNIOR, 2013).

Dessa forma, acredita-se que a ação dos agentes no interior desse espaço social sofre mais influências inerentes ao campo político que pela produção científica/acadêmica, no qual o esporte é utilizado como moeda de troca eleitoral, atribuídas a ele às funções utilitaristas e assistencialistas do esporte (STAREPRAVO, 2011).

Entretanto, Bastos (2008) registra que a política pública de esporte tem recebido contribuições do trabalho em conjunto de pesquisadores e profissionais que atuam no poder público e na produção acadêmica, para consolidação de conhecimentos na área. Observa-se também um crescimento desses estudos no Brasil, com a multiplicação de teses e dissertações, linhas de pesquisa e financiamento, disciplinas de políticas públicas e presença regular de discussão e produção do conhecimento.

### METODOLOGIA

Este é um estudo de caso de caráter exploratório, pois visa propiciar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito e, conseqüentemente, possibilitando a ampliação do conhecimento do fenômeno e de caráter descritivo, já que se dedica a descrever as características de um determinado fenômeno e o estabelecimento de relações entre variáveis (MARKONI; LAKATOS, 2003).

Neste trabalho adotou-se um roteiro de entrevista semiestruturada, composto por questões abertas, uma vez que essa técnica permite o controle adequado do procedimento e incentiva o diálogo dos entrevistados.

Foi estabelecido um recorte de pesquisa, selecionando representações de expressão para a coleta de dados, a partir de sua relevância de atuação na Secretaria

de Esportes, considerando-se sua experiência, reconhecimento e visibilidade, conforme Quadro 1:

<b>Cód.</b>	<b>Entrevistado</b>	<b>Outras funções na secretaria de esporte</b>	<b>Prefeito em exercício</b>
E1	Secretário Esportes (1986-1988)	-	Clinger
E2	Secretário Esportes (1997-2002)	-	Neto
E3	Secretário Esportes (1997, 1998, 1999 - durante afastamentos temporários de E2)	Coord. Divisão dos Excepcionais; Dir. Dep. de Lazer; Chefe de Gabinete Secretário (E2)	Neto
E4	Secretário Esportes (2003-2010; 2010-2013 e 2015-2016)	Divisão de Projetos; Chefe de Gabinete (E2)	Neto/ Gothardo
E5	Secretário Esportes (2013-2015)	Diretora Departamento de Esportes	Neto
E6	Coordenador captação de recursos junto ao Governo Federal	-	Neto/ Gothardo
E7	Líder projeto badminton	Funcionário concursado	Neto
E8	Líder projeto ginástica artística	Funcionário concursado	Neto
E9	Líder projeto hipismo	-	Neto

Quadro 1: Entrevistados  
Fonte: Elaboração própria (2016).

## RESULTADOS

O principal objetivo desta pesquisa foi analisar as políticas públicas direcionadas à área esportiva e seus principais atores e ações, buscando identificar regularidades, inovações e características locais que levaram a cidade ao primeiro lugar no IDE.

Um ponto relevante foi a capacidade da burocracia do município em elaborar projetos para captação de recursos por meio de editais de fomento. Isso porque há uma notória carência de profissionais qualificados para essa função no setor público, principalmente no nível municipal. Essa capacidade se traduz no número de convênios e no volume financeiro destinado aos projetos locais na área esportiva, abaixo somente do município do Rio de Janeiro, no que se refere à quantidade de projetos, e de Barra Mansa, se comparado o investimento *per capita*.

Cabe também destacar que quase 59% dos municípios do Brasil estão impedidos de celebrar convênios com a União em razão de inadimplência junto ao Cadastro Único de Convênios (CAUC).

Ainda com referência à dotação orçamentária, a maior parte dos investimentos em infraestrutura esportiva do município advém de emendas parlamentares, predominantemente direcionadas pelo deputado federal pertencente ao grupo político da gestão municipal atual e que também foi Secretário Municipal de Esporte (Entrevistado 2). Percebe-se, com isso, que a estrutura esportiva de Volta Redonda, como indicado no IDE, é considerada como um dos principais diferenciais

das políticas públicas da cidade, que se caracteriza pela expressiva quantidade de quadras, ginásios e campos de futebol, além de outros espaços de referência, como o Estádio da Cidadania, o Parque Aquático municipal, o Kartódromo e a Arena de Atletismo.

Sobre o financiamento das atividades esportivas municipais, mesmo quando o governo federal interrompe o fluxo de financiamento, o município assume as despesas até a regularização dos convênios.

Outra característica relevante na gestão esportiva municipal é o perfil de seus atores, visto que os secretários da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer são, em sua totalidade, oriundos da área esportiva. Apesar de o aspecto político ter influência na indicação, todos têm fortes vínculos com o setor, sendo ex-atletas de destaque de diversas modalidades esportivas ou profissionais de Educação Física. Observa-se que há um avanço nessa relação, onde os atores desse subcampo das políticas públicas vêm sendo substituídos por especialistas da área (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JUNIOR, 2013).

A permanência por 20 anos do mesmo grupo político na gestão municipal, pressupõe uma possibilidade maior de continuidade dos projetos.

Talvez o ponto mais interessante da pesquisa tenha sido as entrevistas com os líderes de projetos. Atuando nas atividades de badminton, ginástica artística e hipismo, esses atores se destacam por uma visão empreendedora, demonstrada pela garra e persistência no desenvolvimento do trabalho realizado com o esporte municipal, utilizando várias alternativas para viabilizar a participação de seus alunos nos campeonatos de diversos níveis.

Esse esforço é reflexo da falta do apoio consistente da gestão pública municipal, tendo em vista que, segundo a maioria dos secretários entrevistados, ele não poderia ser realizado pela prefeitura, pois, além do alto custo, a prefeitura tem como missão atender ao maior número possível de pessoas. Entretanto, muitas das campanhas publicitárias utilizadas pelo governo local têm como protagonistas os atletas dessas modalidades que se destacaram em diversas competições.

Apesar do grande número de instalações esportivas, os espaços são pouco explorados, mantendo-se ociosos em boa parte do tempo, demonstrando a necessidade da reestruturação dos programas e projetos esportivos e da ampliação do atendimento à comunidade.

Observou-se ainda que os secretários carecem de maior conhecimento técnico e científico sobre o processo de política pública. Uma aproximação entre os subcampos político e científico poderia fortalecer e consolidar esse espaço (STAREPRAVO, 2011).

Por fim, a falta de um conselho municipal de esporte também se apresenta como aspecto que limita essa construção participativa que, segundo Nunes e Cunha (2014), deve extrapolar a dimensão do Estado, contribuindo para o engajamento da população, visando principalmente atender aos interesses sociais.

## **CONCLUSÕES**

Evidenciou-se o importante papel do poder público municipal no incentivo e na execução das políticas sociais, em função de sua maior aproximação com a comunidade local, para melhor direcionamento das demandas da sociedade.

Volta Redonda apresenta diferenciais perante os demais municípios do estado do Rio de Janeiro, incluindo instalações esportivas, perfil dos atores locais do poder público, capacidade de obter recursos por meio de editais de financiamento e emendas parlamentares e apoio de um deputado federal, demonstrando assim vocação para o esporte. Contudo, ainda deve avançar na estruturação e no desenvolvimento consistente de tais políticas públicas, a fim de que realmente possa intitular-se como “Cidade do Esporte”. Tal alcunha hoje se apresenta mais como estratégia de marketing que como resultado de sua efetivação enquanto política social.

## **PUBLIC POLICIES AND LOCAL ACTORS IN THE STRUCTURING OF SPORTS PRACTICE: A CASE STUDY**

*ABSTRACT: In 2010, Volta Redonda was ranked 1st in the Sports Development Index of the State of Rio de Janeiro. After analyzing the public sports policies and the main actors in the field, seeking to identify innovations and local characteristics that explain this result, the findings of the research indicate as differentials: the capacity to obtain resources through public notices and parliamentary amendments, the infrastructure Sportsmanship and the profile of local actors in the sports area.*  
*KEYWORDS: Public policy; Sport; Local Government*

## **POLÍTICAS PÚBLICAS Y AGENTES LOCALES EN LA ESTRUCTURACIÓN DE LA PRÁCTICA DEPORTIVA: UN ESTUDIO DE CASO**

*RESUMEN: En 2010 Volta Redonda ha sido clasificada en 1º lugar en el Índice de Desarrollo Deportivo del Estado de Rio de Janeiro. Después de analizar las políticas públicas del deporte y los agentes principales en el campo, buscando identificar innovaciones y características locales que expliquen este resultado, esta investigación indica cómo diferenciales: capacidad de obtener recursos por medio de convocatorias y enmiendas parlamentarias, la infraestructura deportiva y el perfil de los actores locales.*  
*PALABRAS CLAVE: Políticas Públicas; Deporte; Gobierno Local*

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, J. A. B.; PIERANTI, O. P. O Estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil. **RAE (eletrônica)**, v. 6, n.1, art.1, jan./jun. 2007.

BASTOS, F. L. **Gestão democrática e política municipal de esporte: o caso de Santana do Parnaíba**. 2008. 168 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2007.

MEZZADRI, F. M. Políticas públicas para o esporte e lazer: teorias e conceitos. In: MOTTA, A.; TERRA, R. (Orgs). **Esporte, lazer e políticas públicas na Região dos Lagos**. Rio de Janeiro: iVentura, 2011.

MEZZANDRI, F. M.; SILVA, M. M.; FIGUERÔA, K. M. Desenvolvimento de um método para as pesquisas em políticas públicas de esporte no Brasil: uma abordagem de pesquisa mista. **Motrivivência**, v. 27, n. 44, p. 49-63, mai. 2015.

NUNES, C. da C.; CUNHA, G. S. V. T. da. O Estado e as políticas públicas esportivas: o contexto brasileiro. **Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales del Desporte**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 4-15, set. 2014.

STAREPRAVO, F. A. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil**: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político-burocrático e científico-acadêmico. 2011 422 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. p. 422.

STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J. de; MARCHI JUNIOR, W. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma argumentação inicial sobre a importância da utilização da teoria dos campos de Pierre Bourdieu. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 785-798, jul./set. 2013.

TAVARES, C. (Org.). **Índice de desenvolvimento do esporte**: mapeamento e gestão no estado do Rio de Janeiro - 2010. Rio de Janeiro: LGN, 2011.